TEXTO PARA DISCUSSÃO

2206

Brasília, junho de 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

PREVIDÊNCIA PARA AS MULHERES NO BRASIL: REFLEXOS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Milko Matijascic

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

A maioria das publicações sobre a inserção da mulher na previdência social brasileira destacou as condições de elegibilidade, as carências e a cobertura, o que representa um debate importante. Este estudo incorpora esses temas no esforço analítico, mas focaliza o perfil de mulheres contribuintes e beneficiárias da previdência social no Brasil como decorrência de sua inserção no mundo do trabalho. Existe uma preocupação particular com as mudanças ocorridas ali ao longo das últimas décadas, privilegiando a ótica da contribuição para a previdência social.

Analisar a inserção da mulher na proteção social como uma decorrência da dinâmica específica do mundo do trabalho em diferentes estados nacionais marcou a abordagem de Esping-Andersen (1990) que se manteve coerente ao longo do tempo conforme comprovaram as formulações de Esping-Andersen e Myles (2007). Com base nesse esforço, este estudo relaciona as questões que envolvem a mulher e a previdência social, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), integrante da assistência social, mas pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As mulheres deixaram de ter uma condição de maior precariedade no mercado de trabalho, segundo a condição de contribuinte para a previdência, e passaram a assumir uma condição melhor, ainda que as diferenças sejam modestas em relação aos homens em 2014. Isso significa que, entre as mulheres ocupadas, a proporção de contribuintes para a previdência foi maior que a dos homens em 2014, e essa constatação é da maior importância.

As demandas das mulheres e suas lutas para obter condições de igualdade com os homens em termos de inserção no mercado de trabalho ainda não atingiram essa condição, pois os salários permanecem menores e a sua inserção em postos de comando ainda são limitadas, conforme apontou Ipea (2014). No entanto, a sua maior proeminência na condição de contribuinte para a previdência representa uma conquista que pode ser comparada àquela que revela serem as mulheres as detentoras de maiores níveis de escolaridade. Esse marco terá implicações no futuro para a condição de beneficiária.

É possível concluir que as mudanças para benefícios vitalícios ativos são menores se comparadas aos benefícios concedidos, mas, elas merecem atenção ao revelar um perfil que se modifica em relação à inserção feminina. A presença das mulheres no mercado de trabalho aumentou em benefícios com maior densidade de contribuição, como as aposentadorias por tempo de contribuição, e perdeu força nas pensões por morte, pois o modelo baseado no homem provedor do lar (*male breadwinner*) perde força e novos arranjos familiares ganham espaço.

Apesar disso, falar em equiparação com a condição masculina não parece ser uma análise prospectiva realista, pois existe uma persistência de inserções mais frágeis para a mulher em termos de posição na ocupação, menor regularidade do ciclo de atividade laboral e baixa inserção em postos de trabalho de chefia. Somente com mudanças efetivas no mercado de trabalho, o perfil de distribuição dos benefícios pode se alterar, colocando em destaque aqueles com maior densidade de contribuição. O quadro atual reflete, com vigor, a situação desfavorável das mulheres no mundo do trabalho das últimas décadas.

Os benefícios de prestação temporária pagos pelo INSS apresentam uma elevada participação de mulheres em relação aos homens. Essa participação elevada e em relativa ascensão se deve a diversos fatores combinados. As mulheres possuem maior nível de instrução, o que ajuda a ter mais racionalidade na lida com as doenças. Por sua vez, as pressões sofridas pelas mulheres com o mundo do trabalho em conjugação com as responsabilidades familiares, cujo ônus maior ainda é de sua responsabilidade, exercem pressões que afetam a sua saúde. A elevada incidência de doenças nervosas ou comportamentais parece indicar que esse problema é sério e está se agravando.

Embora o número de filhos por mulher esteja a se reduzir com vigor, ainda são as mulheres que quase sempre cuidam deles no Brasil. E por isso, a elas se destina o salário-maternidade, sendo que as questões de paternidade apresentam uma característica secundária. As características culturais que afetam a vida contemporânea são essenciais para explicar porque os benefícios de prestação temporária, com destaque para o auxílio-doença, possuem as características assinaladas no presente item.

O perfil das contribuintes e sua inserção na ocupação no mundo do trabalho foram decisivos para explicar como as mulheres conseguem se inserir como beneficiárias da previdência. Nas décadas anteriores, conforme apontou Ipea (2014), a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi mais precária, com empregos de menor remuneração, menor acesso a postos de chefia e com menor densidade de contribuições para cumprir as carências exigidas pela lei. A situação seria diferente ao considerar os regimes próprios de previdência social (RPPS), mas, como as informações publicadas são restritas, não seria possível apresentar um perfil detalhado e comparável ao adotado neste estudo para o RGPS com base no Anuário Estatístico da Previdência Social (Aeps).

Toda essa ênfase sobre a questão dos contribuintes se reflete sobre a distribuição de benefícios. Os homens recebem aposentadorias por tempo de contribuição em proporção bem superior à das mulheres, embora essa proporção desfavorável para as mulheres tenha diminuído. Isso reflete a presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho e sua evolução mais pronunciada em termos de escolaridade, o que ajudou a encontrar ocupações que respeitam os direitos trabalhistas e sociais, incluindo-as na condição de contribuintes para a previdência.

Essas dificuldades indicam que a forma de organizar a proteção social no Brasil, com nítida ênfase em gastos com benefícios pagos em dinheiro e na menor importância conferida a serviços sociais, gera problemas para as mulheres. A título de exemplo, a falta de um número maior de escolas em tempo integral, creches e serviços de apoio a idosos ou pessoas com deficiência representa um sério ônus que recai com maior severidade sobre as mulheres, numa sociedade onde o papel da família é de grande importância para a questão social. Essa dificuldade não se deve a decisões recentes e sim a uma tradição histórica que ainda não foi enfrentada, embora as suas consequências sejam ruins.

SUMÁRIO EXECUTIVO